

UMA ANÁLISE HISTÓRICA INTRODUTÓRIA DAS TRÊS ONDAS DO PENSAMENTO FEMINISTA

Kimberlin Kariny Gonçalves Cardoso¹, Fabio Lacerda M. Silva²

²Ciências Sociais e Jurídicas, Centro Universitário da FEI

e-mail: uniekicardoso@fei.edu.br, flacerdams@fei.edu.br

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise histórica introdutória do surgimento do feminismo e da mudança do pensamento feminista durante as suas fases – também conhecidas como “ondas do feminismo” –, destacando as mulheres que mais influenciaram o movimento. O foco histórico da pesquisa se manterá na Inglaterra, França e Estados Unidos, visto que o movimento feminista no mundo sofreu acentuada influência dos ideais defendidos e criados por figuras destes países.

1. Introdução

O feminismo pode ser definido como o movimento social que reivindica a melhoria das condições de vida das mulheres e reconhece que homens e mulheres, apesar das suas diferenças, são equivalentes. Atualmente, é um movimento muito ramificado e seccionado, no qual diferentes pautas são discutidas e defendidas ao mesmo tempo por diversas vertentes do movimento. Segundo a teórica Clare Hemmings [1], o feminismo se fragmenta em múltiplos “feminismos” depois dos anos 80, durante o desenvolvimento teórico da segunda onda.

2. As ondas Feministas

A primeira onda (ou primeira geração) do feminismo simboliza o próprio surgimento do movimento. Embora seja possível encontrar vozes do feminismo pontualmente no decorrer da história, ele passa a se formar como movimento organizado apenas após a Revolução Francesa, onde surge como uma reflexão crítica às ideias do liberalismo. O movimento ganha mais força particularmente durante o século XIX, com o movimento sufragista. Portanto, define-se que o período da primeira onda do Movimento feminista vai da Revolução Francesa até o final da Primeira Grande Guerra [2]. Mary Wollstonecraft e Marie Olympe de Gouges foram as precursoras deste momento inicial, onde introduzem o pensamento que mais tarde viria a se tornar a base do movimento sufragista feminino.

Marie Olympe de Gouges atua no feminismo popular na França. No auge de sua militância política, ela publicou, em setembro de 1791, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, onde inspirada pelo espírito revolucionário francês que proclamava liberdade, igualdade e fraternidade, apresentou 17 resoluções em sua declaração que expressavam as condições que possibilitariam a igualdade das mulheres e as conquistas dos direitos de liberdade concedidas aos homens.

Sob a conjuntura do pensamento Iluminista da revolução francesa, temos Mary Wollstonecraft (1759-1797) na Grã-Bretanha. Wollstonecraft foi uma

intelectual libertária inglesa que reivindicou, pela primeira vez na história da Inglaterra, de forma clara e objetiva a igualdade política, civil e econômica para todas as mulheres. Em 1792, publicou o livro que se tornou, no decorrer do século XIX, a principal obra tratando dos direitos das mulheres: *Reivindicação dos Direitos da Mulher* [3]. *Reivindicação dos Direitos da Mulher* foi, assim como a declaração de Olympe de Gouges, uma resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Reivindicação dos Direitos da Mulher não só obteve uma popularidade expressiva na época, sendo publicada nos Estados Unidos pouco tempo depois, como se tornou fonte de inspiração para as mulheres de gerações subsequentes, que se mobilizaram e organizaram em movimentos de luta pelos seus direitos cuja expressão mais radical e de maior impacto foram os movimentos das sufragistas e das sufragetes na Inglaterra e nos Estados Unidos, nas duas primeiras décadas do século XX, quando as mulheres dessas nações finalmente conseguiram ser reconhecidas como cidadãs, ganho notável que, em diferentes fases, teve eco nos países europeus e no mundo.

Após a luta pelo sufrágio feminino, houve um período de transição no qual, analisando o contexto histórico, observa-se uma forte valorização da participação da mulher na esfera do trabalho devido à segunda guerra mundial. Infelizmente essa valorização termina junto com a guerra: quando há o retorno da força de trabalho masculina, a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens.

Neste momento de transição temos Simone de Beauvoir, que publica em 1949 *O segundo sexo* [4], obra filosófica que questionou a biologização do feminino ao propor que uma mulher não nasce uma mulher, mas se torna uma mulher, ou seja, as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do sexo, que é determinado pela biologia, mas sim por uma construção social e, portanto, ligadas à cultura. Beauvoir introduz em seu livro o conceito inicial de gênero que viria a impulsionar o movimento feminista do final dos anos 1960 e 1970 [5].

Entretanto, Beauvoir não utiliza a palavra gênero. A categoria empregada pela autora era “Mulher”. Esta, pensada em contraposição à palavra “Homem”, considerada universal. É precisamente este universalismo que Beauvoir questiona. Embora Beauvoir tenha escrito *O segundo sexo* no período de transição entre a primeira e a segunda onda feminista, ela ainda é influenciada pelo feminismo igualitarista da primeira

onda, ou seja, Beauvoir tinha o modelo masculino como neutro e desejável, e acreditava que para a mulher alcançar a categoria de sujeito livre ela teria que ser igual ao modelo de sujeito livre, no caso o homem [6]. Podemos então dizer que a segunda onda feminista foi dividida em duas fases, a primeira estaria vinculada ao pensamento de Simone de Beauvoir e seria uma ideologia mais “igualitarista”; já a segunda fase estaria marcada pela ideologia “diferencialista” e teria como principal precursora Betty Friedan que publica, no final da década de 60, *A Mística Feminina*, livro que escreveu após recolher, nos Estados Unidos, uma série de depoimentos de mulheres de classe média que corresponderiam ao ideal da “rainha do lar”. A principal diferença entre a primeira e a segunda fase está na reivindicação: enquanto as igualitaristas reivindicavam que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública, as “diferencialistas” preconizavam a “feminização do mundo” e defendiam que as mulheres “deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens” [7].

Em 1986, a historiadora Joan Scott publica um ensaio na *American Historical Review* intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise*. Nesse trabalho, Scott retoma a diferença entre sexo e gênero. A autora articulou o gênero à noção de poder e o define como um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e também um modo primordial de dar significado às relações de poder” [8].

Scott também crítica a definição de diferença X igualdade definidas pelas precursoras citadas anteriormente. Segundo ela, a própria antítese igualdade X diferença oculta a interdependência dos dois termos, uma vez que a igualdade não é a eliminação da diferença e a diferença não impede a igualdade. Desconstruída essa antítese, diz Scott, será possível não só dizer que os seres humanos nascem iguais, mas diferentes, como também sustentar que a igualdade reside na diferença.

Atualmente o novo campo de gênero na sociedade se encontra bem acionado e articulado, colocando em xeque a univocidade de sentido dos binarismos de toda ordem – e não apenas aquele entre masculino e feminino – e expandindo imensamente seu potencial analítico, tornando possível sua incorporação em áreas que durante séculos foram impermeáveis a críticas nesse sentido.

3. Metodologia

Nos 12 meses desta pesquisa buscou-se realizar um levantamento bibliográfico extensivo sobre as ondas do movimento feminista, onde foi realizado um extenso levantamento bibliográfico da primeira e segunda onda feminista e das obras das principais precursoras citadas durante estes períodos. Também foi discutido as mudanças ideológicas que ocorreram no movimento, desde o feminismo igualitário até as teorias de gênero e o feminismo contemporâneo.

4. Conclusões

Durante o levantamento literário feito nesta pesquisa é possível perceber a influência que o

pensamento Iluminista, que marca a Revolução Francesa, tem sobre as obras escritas pelas precursoras da primeira onda. Onde por muitas vezes essas obras acabam por serem respostas à literatura gerada por filósofos e intelectuais iluministas que, ao teorizarem sobre as qualidades e características de cada sexo, excluíam os direitos políticos e educativos das mulheres e as confinavam em âmbito privado. Também vemos que desde os seus primeiros passos, a razão de ser do movimento feminista foi “empoderar” as mulheres. Vemos que desde os primórdios do movimento o clamor por inclusão e representatividade política está enraizado em todas as pautas levantadas e defendidas pelas feministas. Temos Wollstonecraft e Olympe de Gouges, questionando, já no século XVIII, a ausência de mulheres no espaço político.

Também foi possível demarcar a mudança ideológica que ocorreu entre a primeira e a segunda onda feminista, onde vemos que a primeira foi marcada pelo pensamento igualitarista, onde a luta pela igualdade se sobrepôs à questão da diferença, e que parte desta ideologia ainda é resgatada na primeira fase da segunda onda. Temos então a transição deste pensamento igualitarista para o diferencialista, que passa a valorizar a diferença entre os sexos. A partir deste momento o movimento passa a realizar reflexões sociais e acadêmicas sobre as categorias mulher e mulheres e, finalmente, com emergência da percepção de gênero como “a organização social da diferença sexual”, tal qual descrito por Joan Scott.

5. Referências

- [1] C. Hemmings. Telling Feminist Stories. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.
- [2] D. Godineau. The Women of Paris and Their French Revolution (Studies on the History of Society and Culture); tradução Katherine Streip. 2003
- [3] M. Wollstonecraft. A Vindication of the Rights of Woman: With Strictures on Political and Moral Subjects. 1792. Disponível em: <http://www.bartleby.com/144/> a. Acesso em: 17/07/2017
- [4] S. de Beauvoir. O segundo sexo: fatos e mitos/ Simone de Beauvoir. 3. edi. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.
- [5] H. Saffioti. Primórdios do conceito de gênero. cadernos pagu (12) 1999: pp.157-163
- [6] N. Fraser, and L. Nicholson. Feminism/ Postmodernism. New York: Routledge, 1990
- [7] J. M. Pedro. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- [8] J. W. Scott. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20 (2), p. 71-99, (1995).

¹ Aluna de IC do Centro Universitário FEI. Projeto com vigência de 09/17 a 08/18.

Nº sequencial: 12.215.098-0